

ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.



CNPJ: 05.053.020/0001-44

glosas sobre compensação de créditos de Contribuição Social ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2003 e 2013. • **Trabalhistas** - A provisão realizada decorre da expectativa de êxito/perda do processo, considerando o valor de cada causa/condenação, sendo que as reclamações trabalhistas estão relacionadas, principalmente, a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, doença/acidente de trabalho, danos morais e materiais, dentre outras. As reclamações trabalhistas envolvem tanto ex-empregados próprios do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas para prestação de serviços. **b. Restauração ambiental:** A Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente no circulante e no não circulante no valor de R\$ 31.976 (R\$41.372 em 2020). O montante refere-se ao valor presente da estimativa dos custos totais utilizando uma taxa de desconto médio de 8,37%. • Adicionalmente, a Companhia mantém uma provisão ambiental para a restabelecimento de uma área que era utilizada como depósito de rejeitos. Este montante está registrado no passivo não circulante no valor de R\$ 22.562 (R\$ 22.316 em 2020) e encontram-se a valor presente sendo atualizado mensalmente. **b. Processos judiciais possíveis de perda, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2021	2020
Tributárias (i)	671.306	463.708
Ambientais (ii)	1.301.194	1.201.953
Cíveis (iii)	205.006	158.893
Trabalhistas (iv)	38.362	21.447
	<u>2.215.868</u>	<u>1.846.001</u>

(i) As contingências tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos relativos ao não recolhimento de imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre cessão de excedente de energia elétrica, bem como sobre TUST/TUSD, entre os anos de 2008 e 2013 no montante aproximado de R\$ 103 milhões, às glosas ocorridas em pedidos de restituição ou compensação de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 e 2013 no montante de R\$ 128 milhões e à suspensão/isenção de tributos federais em operações de importação através do regime de *drawback*. Em 2021 um novo processo relacionado ao ICMS excedente de Energia Elétrica no valor de R\$ 167 milhões, além de revisão nos valores de processo de *Drawback* III/PI em R\$ 45 milhões. (ii) As contingências ambientais são referentes a pedidos de indenizações a danos ambientais e morais, com a alegação de que as empresas depositam substâncias nocivas ao meio ambiente em local denominado como reserva ecológica e questionam a legitimidade das licenças ambientais utilizadas na operação de seus depósitos de resíduos. A Albras também, por fazer parte do grupo Hydro, é parte citada em ações de suposto transbordor dos depósitos de resíduos sólidos da Alunorte em 2018. (iii) O montante relacionado às contingências cíveis não provisionadas refere-se, principalmente, à contestação, por parte da Albras, da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que foi cobrada dos consumidores livres. Adicionalmente, R\$ 37 milhões correspondem à correção monetária dos processos da base de energia. (iv) As reclamações trabalhistas estão relacionadas, principalmente, a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, doença/acidente de trabalho, danos morais e materiais, dentre outras. As reclamações trabalhistas envolvem tanto ex-empregados próprios do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas para prestação de serviços. **19. Patrimônio líquido: a. Capital:** O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade. A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias classe B registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$ 229.745 mil e ¥ 6.394.733 mil. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no *caput* do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade. Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, a Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no capital social da Companhia, representada por 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta e nove ações) ações ordinárias, de Classe A. **b. Reservas de capital:** A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º, realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **d. Reserva especial:** Esta reserva especial foi efetuada na proporção da depreciação e da baixa de bens reavaliados. **e. Reserva de incentivos fiscais:** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **f. Reserva de lucros para expansão:** A Companhia constitui a reserva de lucros para expansão para atender a projeto de investimento, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Esta reserva está justificada com o orçamento de capital proposto pela administração da Companhia. **g. Destinação do resultado do exercício:** A administração proporá aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte

destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	998.420	121.369
Reserva reavaliação/especial - realização	1.319	1.211
Lucro ajustado com a realização da reserva	999.739	122.580
Reserva legal - constituição	(49.921)	(6.068)
	<u>949.818</u>	<u>116.512</u>
	<u>949.818</u>	<u>116.512</u>

Resultado do exercício a ser destinado:

Dividendos Intermediários pagos - AGE 15.12.2021	(216.290)
Dividendos propostos (50%)	(258.619)
Reserva de lucros para expansão e investimentos	(474.909)

Com base no Estatuto Social da Companhia, "a Companhia poderá preparar Demonstrações Financeiras semestrais, para recomendar a distribuição de dividendos intermediários. A referida distribuição de dividendos intermediários (semestrais ou intercalares) será proposta pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração". A Companhia distribuiu dividendos intermediários em dezembro de 2021, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 15 de dezembro de 2021. Abaixo, apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar no exercício:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	121.701	(61.029)
Dividendos pagos	(61.029)	58.256
Dividendos propostos		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	118.928	(118.928)
Dividendos pagos - AGE 30.04.2021	(216.290)	(216.290)
Dividendos Intermediários pagos - AGE 15.12.2021	474.909	474.909
Dividendos propostos		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	258.619	

20. Outras informações: a. Obrigações contratuais: A Companhia é suprida de energia elétrica pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE (empresa pública do setor de energia), através de contrato de fornecimento de longo prazo até dezembro de 2024. A Companhia, seguindo o cronograma contratual desembolsou em junho de 2007 a última parcela da antecipação do valor de R\$ 1.200.000 a título de pré-pagamento, com período final de amortização em dezembro de 2024. A movimentação do mencionado adiantamento encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	2021	2020
Adiantamento (pré-pagamento)	1.200.000	1.200.000
Baixas	(1.020.243)	(961.942)
	<u>179.757</u>	<u>238.058</u>

Circulante

Não circulante	58.300	58.300
	121.457	179.758

A Companhia mantém acordo contratual com a Alunorte e recebeu em 2021, aproximadamente, 821 mil toneladas métricas de alumina (734 mil em 2020), com preço calculado com base no Acordo Básico de Vendas. Em 31 de dezembro de 2021, não havia qualquer saldo pendente relativo à quantidade contratada para o exercício, inexistindo, portanto, qualquer direito a esse tipo de cobrança. **b. Receita líquida de vendas de produtos e serviços:**

	2021	2020
Venda de produtos	6.428.277	3.784.031
Alumínio (i)	87.562	107.060
Venda de serviços e outros (ii)	<u>6.515.839</u>	<u>3.891.091</u>

Impostos

Venda de produtos – Alumínio	(559.021)	(331.887)
Venda de serviços e outros	(8.539)	(10.077)
	<u>(567.560)</u>	<u>(341.964)</u>
	<u>5.948.279</u>	<u>3.549.127</u>

Receita operacional líquida

(i) O aumento na receita de venda de alumínio ocorreu em função, principalmente, do incremento no preço que é impulsionado pela cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange – LME*). (ii) Em 2021, a Companhia realizou R\$87.562 (R\$ 107.060 em 2020) de receita com a cessão de direitos e outros. Deste total, R\$ 74.388 (R\$ 98.412 em 2020) se refere à cessão de energia e o saldo remanescente, de R\$ 13.174 (R\$ 8.648 em 2020), trata-se da venda de sucata e serviços. As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm as seguintes destinações:

	2021	2020
Ásia	1.925.818	1.046.917
Europa	-	60.030
Mercado externo	1.925.818	1.106.947
Mercado interno	4.502.459	2.677.084
	<u>6.428.277</u>	<u>3.784.031</u>

Parte relacionada	2.543.476	1.484.735
Outros	3.884.801	2.299.296
	<u>6.428.277</u>	<u>3.784.031</u>

c. Custo dos produtos vendidos e serviços

	2021	2020
Custos fixos		
Pessoal	(178.697)	(153.876)
Material	(78.341)	(58.519)
Depreciação	(213.336)	(180.953)
Outros (i)	163.430	(32.521)
	<u>(306.944)</u>	<u>(425.869)</u>
	<u>(4.070.426)</u>	<u>(2.685.151)</u>
	-	(21.035)
	<u>(4.377.370)</u>	<u>(3.132.055)</u>

(i) Os gastos apresentados nessa linha são compostos, basicamente, por variação de inventário e serviços, onde a variação de inventário corresponde ao principal impacto, em função da oscilação de quantidade e preço entre os anos de 2020 e 2021 principalmente de metal líquido e lingote. (ii) Os custos variáveis foram

impactados pelo preço da energia, bem como das matérias-primas atreladas ao dólar. Adicional, houve maior produção de metal líquido e lingote. (iii) Em 2021 não houve eventos que impactassem perda de produção na Companhia.

	2021	2020
21. Receitas (despesas) operacionais		
Vendas e comerciais		
Taxas e serviços carga	(60.905)	(67.238)
Demurrage	(1.683)	(1.935)
Partes relacionadas	<u>(54.387)</u>	<u>(42.432)</u>
	<u>(116.975)</u>	<u>(111.605)</u>

	2021	2020
Gerais e administrativas		
Pessoal e benefícios	(21.670)	(18.965)
Serviços (consultoria, Infraestrutura e outros)	(39.866)	(30.921)
Tributos	(10.274)	(11.797)
Partes relacionadas	(38.043)	(43.823)
Depreciação e amortização	(7.174)	(5.824)
Remuneração dos administradores	(4.522)	(3.228)
Outras	<u>(2.923)</u>	<u>(802)</u>
	<u>(124.472)</u>	<u>(115.360)</u>

	2021	2020
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		
Provisão (reversão) para contingências, autos de infração e outros	(62)	(15.858)
Doações SBI Sustainable Barcarena Initiative	(2.112)	(2.804)
Reversão de créditos tributários (ii)	105.201	12.154
Ressarcimento com seguro (i)	-	155.209
Despesas incorridas na subestação da linha de redução I	-	(49.940)
Reintegra	1.932	1.244
Provisão de obsolescência	(3.287)	(4.488)
Perda/ganho pré-pagamento – Eletronorte	29.441	13.847
PIS/COFINS sobre outras receitas	(7.298)	(15.783)
Provisão com perdas esperadas	156	268
Créditos de energia reserva	48.964	651
Baixas de ativos	(21.637)	(9.914)
Despesas Covid - 19	(27.112)	(26.769)
Mudança de estimativa ARO/RGC Cubas	(10.661)	-
Ganho com Hedge	7.163	-
Outras	<u>(29.072)</u>	<u>(14.422)</u>
	<u>91.616</u>	<u>43.395</u>
	<u>(149.831)</u>	<u>(183.570)</u>

Despesas operacionais

(i) Indenização a receber pelos prejuízos consequentes do incêndio na Subestação da Linha de redução 1, ocorrido no dia 06/03/2020, coberto pela apólice existente com a Mapfre Seguros Gerais. (ii) Em 2021 foi efetuada a revisão do cálculo e a composição do crédito decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, assim como a análise dos valores recolhidos indevidamente de PIS e COFINS e sua devida correção pela Taxa SELIC, para o período de março de 2012 a novembro de 2021, valor realizado R\$76.727, e também realizada uma revisão das apurações dos créditos tributários de PIS e COFINS, referente aos últimos 12 meses do ano de 2020, gerando um impacto no resultado de R\$ 28.935, são referentes a créditos tributários sobre ativos fixos, materiais de uso e consumo, serviços, ajustes de depreciação e retidos na fonte em relação a venda de serviços.

	2021	2020
22. Resultado financeiro		
Despesas financeiras		
Encargos s/empréstimos e financiamentos	(32.874)	(32.003)
Variações cambiais dos passivos (i)	(36.967)	(101.440)
Outros rendimentos	(3.886)	(2.641)
Outras	<u>(16.562)</u>	<u>(7.258)</u>
	<u>(90.289)</u>	<u>(143.342)</u>

	2021	2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	5.726	3.247
Ação contra Eletrobras - Empréstimo Compulsório (ii)	-	78.613
Operações com derivativos embutidos (iii)	175.738	2.857
Outras	81	412
	<u>181.545</u>	<u>85.129</u>
	<u>91.256</u>	<u>(58.213)</u>

Resultado financeiro, líquido

(i) Impacto relativo à variação cambial, principalmente, devido aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. (ii) Vide Nota Explicativa nº 12. (iii) Vide Nota explicativa 6.3.1 (a). **23. Eventos subsequentes:** Em 19 de fevereiro de 2022, houve uma falha de distribuição de energia, que afetou uma das quatro linhas de cubas de produção de alumínio líquido da Companhia, consequentemente, ocasionando o desligamento da mesma. A linha de cubas de produção será religada, gradualmente, a partir de março de 2022, voltando a completa operacionalidade em novembro de 2022. O impacto estimado na produção, pela Companhia, é de aproximadamente 50 mil toneladas. Apesar da redução da produção em 2022, não são esperadas perdas significativas dos estoques, bem como não há indicativo de *impairment* de seus ativos. As outras três linhas de produção não foram afetadas e continuam funcionando em plena capacidade. A Companhia possui apólice de seguro para cobrir eventuais despesas desta natureza.

	João Batista Fialho de Menezes	Felipy Braga
	Diretor Executivo	Contador - CRC PR-065345/O-9
	Evaldo Basilio de Oliveira Batista	
	Gerente Executivo Financeiro	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. - Barcarena, Pará
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase:** Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da entidade é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e nº 10 as demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022

	KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6-F-RJ	Thiago Ferreira Nunes Contador - CRC RJ-112066/O-0
--	--------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

BALANÇO ALBRAS 2021 pdf

Código do documento e813d23a-6463-4646-a401-decccb518130



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

29 Apr 2022, 08:22:10

Documento e813d23a-6463-4646-a401-decccb518130 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-29T08:22:10-03:00

29 Apr 2022, 08:23:20

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-29T08:23:20-03:00

29 Apr 2022, 08:23:38

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 64596) - **Geolocalização: -1.4397978 -48.472352** - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2022-04-29T08:23:38-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5fe35366caa3b568d2275c9b4d33b27725e1091e0f6b7c2fbc200c84159c9d89

(SHA512):ffa3327ad24ef1404e0c7911a606e507588f8761e45998044702154489652b8bdb68d8c5ac469c4da18b8941c32fd678f8ff6bda090d240bbf7840422b37b523

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign